

**PARLAÍNDIO ARTICULA CRIAÇÃO DA COMISSÃO**

**NACIONAL DA VERDADE INDÍGENA**

***Objetivo é esclarecer episódios de violência sofridos pelos povos originários durante o regime militar***

O Parlamento Indígena do Brasil (Parlaíndio), lançado em maio deste ano com o objetivo de dar voz e visibilidade política às lideranças tradicionais e representativas dos povos originários do Brasil, está articulando a criação da Comissão Nacional da Verdade Indígena. A ideia da criação da Comissão é de Edson Kayapó em parceria com Marcelo Zelic. Kayapó integra o Parlaíndio e é ativista do movimento ambientalista e indígena, Doutor em História da Educação e professor no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Zelic é vice-presidente do grupo “Tortura Nunca Mais” de São Paulo, responsável pela descoberta do Relatório Figueiredo, documento que detalha a tortura dos povos indígenas durante o regime militar.

Segundo Edson Kayapó, o objetivo da Comissão Nacional da Verdade Indígena será desvendar efetivamente as violências sofridas pelos povos originários durante o regime militar. “Além de evidenciar o sofrimento que os povos indígenas passaram na ditadura militar no Brasil, a Comissão vai buscar uma reparação aos nossos povos. A criação da Comissão é fundamental, sobretudo em um momento em que leis de caráter anti-indigena estão em tramitação no Congresso Nacional e ferem ainda mais nossos direitos. Queremos, ainda, convidar outros movimentos indígenas que componham a Comissão e lutem ao nosso lado”, afirma.

Para Marcelo Zelic, a ideia é produzir um movimento a partir das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para fazer com que elas tiradas do papel e possam fortalecer a luta dos povos indígenas por respeito aos seus direitos. “Retomar os trabalhos de justiça de transição para os povos indígenas se coloca como um desafio a cumprir enquanto sociedade uma vez que o Estado brasileiro não o fará. A reparação devida aos povos indígenas, ou a sociedade e os povos atingidos atuam para existir ou não teremos reparação”, ressalta.

**Relatório Figueiredo**

O Relatório Figueiredo é um documento com mais de 7 mil páginas produzido em 1967 pelo [procurador](https://pt.wikipedia.org/wiki/Procurador) [Jader de Figueiredo Correia](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jader_de_Figueiredo_Correia&action=edit&redlink=1). Ele descreve crimes de genocídio contra os povos indígenas do Brasil, incluindo assassinatos em massa e tortura ao longo das décadas de [1940](https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_de_1940), [1950](https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_de_1950) e [1960](https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cada_de_1960). Apesar de muitas pessoas terem o relatório com perdido, o documento foi redescoberto em agosto de [2012](https://pt.wikipedia.org/wiki/2012) pelo pesquisador Marcelo Zelic no [Museu do Índio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_do_%C3%8Dndio_%28Rio_de_Janeiro%29), no [Rio de Janeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_%28cidade%29).

**Povos indígenas na Comissão Nacional da Verdade (CNV)**

Os povos indígenas foram incluídos nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em maio de 2012, com o objetivo de apurar graves violações aos Direitos Humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil. A CNV colheu mais de mil depoimentos, realizou 80 audiências públicas, fez diligências investigativas em diferentes partes do país, além de ter elaborado oito relatórios preliminares de pesquisa. O período analisado pelos integrantes da comissão foi de 1946 a 1988, concentrando-se nos crimes cometidos contra os direitos humanos no período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, quando 434 mortes foram identificadas e 377 agentes públicos foram indicados como autores de crimes.

A Comissão apontou em seu relatório final a falta de reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas como raiz central das graves violações de direitos humanos apuradas, nas quais o Estado brasileiro, por ação e omissão, foi responsável pela morte de ao menos 8.350 indígenas em 10 etnias estudadas, das 305 que vivem no Brasil. A CNV apresentou 13 recomendações para que o Estado inicie o processo de reparação aos povos originários pelas violências sofridas. Após a publicação do relatório, o documento foi esquecido e nenhuma das recomendações indígenas foi acolhida.

**Mais informações**

Trevo Soluções em Comunicação - Assessoria de Comunicação do Parlaíndio Brasil

Tels.: 21.2544-6203 e 11.3090-2842

Raquel Gentil (raquel.gentil@trevocomunicativa.com.br)

Márcio Martins (marcio.martins@trevocomunicativa.com.br)

Carolina Feital (carolina.feital@trevocomunicativa.com.br)

www.trevocomunicativa.com.br